

**UMA COMUNIDADE NEGRA RURAL NO MUNICÍPIO DE AREIA - PB: A  
MEMÓRIA DE “ASSUJEITADOS” NO SENHOR DO BONFIM.**

**Geilza da Silva Santos**

**Doutoranda em História**

**Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE**

**ilza.sts@hotmail.com**

**Resumo:** O presente trabalho tem por finalidade abordar sobre a constituição da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, localizada na zona rural do Município de Areia, que está ligada intrinsecamente a condição de “morador”. A Comunidade recebeu a certificação como remanescente de quilombo, em abril de 2005, expedido pela Fundação Cultural dos Palmares. Atualmente ocupa uma área de aproximadamente 100 hectares, dentro da propriedade Engenho Bom Fim no distrito de Cepilho. É formada por dois grupos familiares: os “Faustino” e os “Pedro ou de Maria”, sendo ao todo 25 famílias que convivem nessa região que, além de manter laços de parentesco, existe uma grande afinidade entre eles, tendo em comum uma história baseada no trabalho árduo no engenho, nas plantações de cana-de-açúcar e agave do Bom Fim. A prática de morador consistia em trabalhar alguns dias para o proprietário da terra, geralmente senhores de engenho, morar no interior de seus territórios, vivendo da subsistência e entregando parte do que produzia para estes, ou seja, viviam em condições assimétricas. Com o fim da escravização muitos negros tornaram-se morador/agregado. A abolição não trouxe melhores condições de vida para estes e assim, surgiram novas formas de sujeições, como é o caso do morador de condição ou o “caba do eito”. Sem nenhum aparato jurídico, não se tinha muitas escolhas a não ser viver, de maneira assimétrica em relação aos proprietários, nesse frágil direito à terra. Portanto, essa prática foi comum na formação de comunidades rurais na Paraíba, a comunidade em questão foi formada em domínios de particulares e viviam como subordinados ao proprietário. A luta pela terra teve início no ano de 2002 quando a então proprietária falece e seus herdeiros vendem a propriedade. Os novos proprietários impõem a retirados moradores, fato que resultou na luta pelo território e assim iniciam as ameaças, a restrição de algumas áreas para as famílias e a expulsão desses indivíduos desta terra. Através da utilização dos censos demográficos do município (1872-1960), da historiografia local e relatos orais dos moradores da comunidade nos foi possível compreender e analisar o contexto de formação deste grupo nesta região e conseqüentemente a luta para se manter neste território.

**Palavras – Chave:** Comunidades Rurais; Luta pela Terra; Sistema morador.

### **Breve Histórico da Comunidade**

A Comunidade Negra do Senhor do Bonfim está localizada na zona rural do Município de Areia<sup>1</sup>, no Estado da Paraíba. A Comunidade foi formada em domínios de particulares e viviam como subordinados ao proprietário. Situação semelhante em outras comunidades negras paraibanas: Lagoa Rasa e Currãozinho em Catolé do Rocha; Barreiras em Coremas; Vaca Morta no município de Diamantes e Mundo Novo em Areia. Mas, existem aquelas estabelecidas em terras próprias: Grilo<sup>2</sup>, em Riachão do Bacamarte; Caiana dos Crioulos, em Alagoa Grande; Ipiranga, Gurugi e Mituaçu, em Conde; Pedra D'água, em Ingá; Matão, em Gurinhém; Serra Talhado, em Santa Lúzia; Pitombeira, em Várzea; Fonseca, em Manaíra; Contendas, em São Bento e Paratibe em João Pessoa. Segundo Fortes & Lucchesi (2013, p.53): “Todas essas comunidades se formaram em terras tornadas suas por herança, registro ou posse nas décadas finais do regime escravocrata ou logo após a abolição.” No entanto, essas comunidades, devido a falta de insegurança jurídica em relação à essas terras, existe o receio de perda do território.

Atualmente, existem 38 comunidades quilombolas reconhecidas e espalhadas pela Paraíba e uma em processo de reconhecimento. Com trajetórias diferenciadas de ocupação, mas que tem em comum a busca por melhores condições de vida. A maioria das comunidades está localizada nas zonas rurais, sendo duas localizadas em área urbana, as comunidades quilombolas de Paratibe (João Pessoa) e do Talhado Urbano (Santa Luzia). Deste feito, as comunidades quilombolas não são reconhecidas através de

---

<sup>1</sup>O município de Areia está situado na microrregião do Brejo paraibano, no alto do planalto da Borborema, possui uma área de 269,596 Km<sup>2</sup>, com 23.829 habitantes e fica a 130 km da capital João Pessoa. O clima é o “As” tropical quente e úmido (Köppen), pluviosidade situa-se em torno de 1500 mm bem distribuídos, a geologia está sob predomínio da unidade morfoestrutural Planalto da Borborema, com capeamentos da Formação Serra dos Martins, o relevo apresenta configurações morros de topos planos, vales, várzeas áreas dissecadas à barlavento. Foi reconhecida como Patrimônio Histórico Nacional, em 11 de agosto de 2005, pelo Conselho Consultivo do IPHAN e homologado pelo Ministério da Cultura, através da portaria nº 073, de 29 de agosto de 2006.

<sup>2</sup> Segundo Fortes & Lucchesi (2013), apenas muito recentemente alguns moradores conseguiram comprar pedaços de terra nos arredores em que os mais velhos viveram na condição de moradores.

sua origem no período escravista, mas a partir da ideia de grupo social, com ancestralidade africana.

A luta pela terra nessa Comunidade do Bonfim teve início em 2002 quando a então proprietária falece e seus herdeiros vendem a propriedade. Os novos proprietários impõem a retirada dos moradores, fato que resultou na luta pelo território e assim iniciam as ameaças, a restrição de algumas áreas para as famílias e a expulsão desses indivíduos desta terra. Um acordo foi oferecido apenas para os moradores mais velhos, que consistia em um único hectare de terra como indenização pelos tempos trabalhados no engenho.

No entanto, estes não aceitaram, pois, além das terras serem insuficientes para o sustento das famílias que vivem apenas da agricultura, os privaria de alguns recursos naturais do território. Se a existência da família estava relacionada diretamente com os recursos naturais, como iriam sobreviver? Todo o território era de extrema importância para a sobrevivência do grupo. Tendo em vista que era essencial para a vida e as práticas culturais dos moradores do Bonfim.

Além do que, os filhos e netos destes moradores mais antigos, que já haviam constituído família nessa região, seriam colocados para fora. Levando em consideração esses aspectos, os mais velhos não aceitaram esse acordo, o que desagradou os proprietários e assim tiveram início os conflitos tanto no campo jurídico, pois ambas as partes moveram ações, quanto na propriedade. Tendo início, desse modo, os primeiros passos para a busca do reconhecimento enquanto remanescentes quilombolas, assegurando assim o direito à terra àqueles indivíduos. No entanto, é preciso ressaltar que a maioria dos moradores sempre trabalhou na agricultura ou no “eito” e não teve uma educação escolar, vivendo sempre relações assimétricas advinda do sistema morador.<sup>3</sup>

### **A memória de “assujeitados”.**

---

<sup>3</sup>Os senhores de Engenho permitiam que os trabalhadores tivessem direito a um pequeno sítio, onde poderiam ter a sua pequena lavoura de subsistência e ao mesmo tempo eram obrigados a trabalhar para o senhor de engenho um certo número de dias.

O município de Areia, localizado no Brejo paraibano, teve sua economia baseada na agricultura, mas teve seus “grandes ciclos”, de algodão, cana-de-açúcar e café, nos últimos anos do Império e do agave já na república. “Em Areia, com efeito, a lavoura de produção de alimentos sempre conviveu com as culturas de produtos mais rentáveis, isso quando a conjuntura internacional se apresentava favorável” (GAUDÊNCIO, 2007, p. 174).

Assim, temos uma Areia predominantemente agrícola que se caracterizou sempre pelo sistema de monocultura, tendo suas quedas e altas na economia. Areia passou por cinco ciclos importantes: 1º) no período colonial, com a introdução e desenvolvimento da cultura canavieira; 2º) a fase do café, introduzido no início do oitocentos e que desaparece totalmente nas primeiras décadas do século XX com as pragas e o esgotamento dos solos; 3º) o retorno da cana-de-açúcar, que estava desvalorizada; 4º) o agave ou sisal é integrado em 1930, tendo seu auge durante a II Guerra Mundial, pelo seu uso em ingredientes explosivos, devido a resistência de sua fibra. Depois houve seu declínio e retorno da cana-de-açúcar como atividade principal.

Através do recenseamento de 1872, pudemos constatar uma população de 25.549, sendo 94,42% livres e 5,57% escravos. Areia teria sido nesse período de predominância branca? Ou teria sido a “Aldeia Negra” que o historiador Souto (2015) a denomina. No quadro acima, podemos constatar que existem homens e mulheres livres que foram identificados como “pretos”, o que já nos daria um percentual de aproximadamente 7,86 % de negros em Areia. Mas e os pardos? A designação de pardo “era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco” (CASTRO, 1995, p. 34 apud NICÁCIO, 2015, p. 44). Os pardos estariam mais próximos dos brancos e os homens livres com ascendência africana, eram considerados pardos no século XIX. Assim, vemos uma população negra equivalendo a 71,24 %, o que seria mais da metade da população. No quadro geral da Paraíba em relação a população, a historiadora Solange Pereira da Rocha (2007, p. 140) nos apresenta: “Porém, considerando os dados por cor, tinha-se uma maioria de população negra (parda e preta), que somava 221.938 (188.241 pardos e 33.697 pretos), atingindo o percentual de 59%, superando, assim, o número dos

brancos, que atingiram o número de 139.988 (37,2%)”, o que também nos mostra uma Paraíba com grande contingente de negros.

Vemos também uma quantidade maior incluídos na categoria social de pretos, considerados livres do que a quantidade de escravos. Analisando dados anteriores a 1872, Rocha (2007, p. 144) constata que essa diminuição de escravos na Paraíba se deu pela lei Eusébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico de gente, o que encareceu os escravos vindos da Costa da África, acrescentando que houve a intensificação do tráfico interno (1850-1880), onde os “senhores da Paraíba negociaram mais de 13% de seus escravos”, deslocando escravos para o centro-sul. Como demonstrado por GALLIZA (1979, p. 144), “a Paraíba perdeu entre 1874 e 1884, no comércio interprovincial, 3.412 escravos, os quais, somados com os dados existentes para os anos 1856-1874 atingiram 3.788 cativos”. Sobre o comércio de escravos em Areia, Eleonora Félix (2010) analisando escrituras de compra e venda, assinala que os anos de 1860 e 1870 foram mais intensos, graças ao contexto já evidenciado acima, o comércio provincial e a valorização da mão de obra escrava devido ao “fim do tráfico”.

Notamos, no intervalo de 1872 a 1890, um aumento populacional, mesmo que pequeno, talvez pessoas atraídas pelo trabalho, pela fertilidade do solo ou que viam nessa cidade um lugar bom para se viver, trabalhando nos engenhos e quiçá desenvolver suas roças de subsistência. Pedro Nicácio Souto (2015, p. 41) salienta que por não ser tão elevado o aumento populacional entre esses períodos talvez tenha sido, apenas um crescimento vegetativo da população local. Mas devemos levar em consideração que Areia durante o século XIX teve seus “boons econômicos”, com a cultura do algodão, da cana-de-açúcar, do café e do fumo, que corroboravam para um aumento dessa população. Não podemos deixar de lado que ela também esteve imergida em crise, quando o produto que estava produzindo sofria quedas no mercado, como visto anteriormente, o que corroborou para a diminuição nos anos seguintes.

Observamos uma diminuição da população entre os anos de 1890 a 1900, talvez pela migração dos areienses, devido às crises que a atingia, como as pragas nos canaviais e nas plantações de café. A rapadura também foi perdendo seu valor ao

concorrer com o açúcar das grandes usinas, além da crise da mão de obra, “já que os trabalhadores migravam para outras regiões do país em busca de melhores salários e condições de vida, como pela estagnação dos produtos no mercado” (DANTAS, 2013, p.44). Em um local em que a força da economia é a agricultura, isso agravaria ainda mais a crise. Assim, com alvorecer do século XX, houve mudanças organizacionais “do sistema produtivo e, conseqüentemente, no quadro social, se instalaram no espaço agrário paraibano, com reflexo direto do brejo e em sua unidade fundiária básica: O engenho de açúcar” (FORTES, 2007, p. 25). Essas mudanças foram decorrentes da modernização do parque industrial a partir da implantação das primeiras usinas de cana-de-açúcar.

Entre 1900 a 1920 vemos um grande aumento populacional, mas devemos salientar que dos 43.451 habitantes, 36,61% (15.907) pertencia ao distrito de Remígio que viria a se desmembrar do município de Areia em 1957, tornando-se cidade. Se levarmos em conta essa observação a população areiense teria uma população de 27.477 no ano em questão. Os anos entre 1920 e 1930 (nesse ano não foi feito o recenseamento) teriam sido um dos piores para a economia areiense com o colapso dos cafezais e a desvalorização da rapadura, o que deixou os agricultores apreensivos, além do que ocorria o golpe de 1930 que agitou a política local e acirrou o choque entre os grupos políticos da época (conservadores e liberais). Ainda nesse período em 1927 no município de Alagoa Grande foi inaugurada a Usina Tanques e em 1932 a Usina Santa Maria em Areia, que se tornaram grandes produtoras a concentrar a produção de açúcar, e muitos proprietários dos antigos engenhos rapadueiros, passaram a ser fornecedores de cana-de-açúcar para essas usinas, ampliando suas safras e eliminando antigos trabalhadores-moradores dessas terras.

Em relação às profissões, no censo de 1872 em que vemos uma população livre de 94,42%, em que 64,76% são pardos, 4,76% de pretos e 1,59% de caboclos, qual seria a função principal desses “não-brancos”? Assim, de acordo com esse censo, 30,64% estariam nas profissões agrícolas (lavradores e agricultores). Mesmo sendo elevada a condição de cidade em 18 de maio de 1846, vemos uma Areia ainda vinculada estritamente à zona rural. Analisando os bens de alguns inventariados de Areia,

Eleonora Felix da Silva observa que Areia era “uma cidade que tinha seu espaço urbano atrelado ao mundo rural, ou seja, era um mundo citadino vinculado as necessidades do meio rural” (Silva, 2010, p.63).

Nesse meio rural, as relações de trabalho que compunham o sistema produtivo do Brejo paraibano foram as de escravo, morador e parceria com os lavradores. Os chamados moradores, que eram pobres livres, tinham o direito de permanecer em pequenos sítios com lavouras de subsistência, mas eram obrigados a trabalhar uma quantidade de dias para o proprietário da terra. Na Paraíba, segundo Fortes (2007), o sistema morador passou a ser usado nos canaviais e engenhos desde finais do século XVII, quando uma crise abalou o sistema canavieiro do Nordeste.<sup>4</sup>

Pensando a questão da substituição da mão de obra escrava nos alagoais devido a lei de 1850, Galliza já aponta que não era tão difícil, pois havia nessas regiões havia um número de mão de obra livre pobre que era marginalizada pelos escravistas. Muitos desses já eram aproveitados pelos agricultores que não tinham condições de ter mais de três a quatro escravos. Sendo denominados de moradores, “recebiam uma terra para o roçado. Na época da colheita, estariam obrigados a entregar ao dono da terra a meia ou a terça parte da produção ou então trabalhavam para o fazendeiro, mediante um baixo salário” (Galliza, 1999, p.76). A de se pensar que seria uma chance para esses homens pobres livres, mas se deve levar em consideração que esses viviam em condições de trabalho que pouco se diferenciava dos escravos.

No congresso agrícola de 1878, os paraibanos se posicionaram a favor do aproveitamento dos trabalhadores nacionais livres, não pelo um ato de bondade, mas por ser a eles convenientes, pois esses homens livres poderiam suprir a mão de obra nos engenhos. Segundo a historiadora Ariane Norma de Menezes Sá (1999, p. 106), em Pernambuco, devido à seca de 1877-1879, o governo provincial criara quatro núcleos de cercanias para atender os flagelos e que tinha por função dividir a grande propriedade, desenvolvendo a pequena lavoura e a policultura. Muitos senhores de engenho foram contra a criação dessas colônias agrícolas, argumentando que isso seria contra á

---

<sup>4</sup> Essa crise teria sido ocasionada pela concorrência de açúcar com as Antilhas, a luta contra o domínio holandês e pela perda da hegemonia de Portugal.

liberdade de venda e compra de mão de obra, mas o que estava por traz dessa crítica era que os proprietários rurais já tinham uma certa clareza de que a melhor maneira de incorporar o homem livre e pobre ao trabalho, sem grandes resistências, era na condição de morador-agregado. Assim, do ponto de vista político, esses núcleos agrícolas resultariam na existência de uma certa independência desses trabalhadores livres e da sua família, pois, “por terem uma terra de onde tirar o sustento, os laços de subordinação dos trabalhadores aos proprietários rurais se tornariam frouxos, o que contrariava os princípios do sistema de poder local” (Idem, p. 106).

Sobre a condição de morador, Sá salienta que esse tipo de relação custava o mínimo para o empregador, que além de conseguir o seu sustento e o da família através da agricultura de subsistência. A condição de morador “possuía um componente camponês, pois sua base era familiar”. A historiadora segue dizendo:

Essa foi a forma encontrada pelo grande proprietário para assegurar a mão-de-obra barata que substituísse o escravo, com a segurança de poder sempre contar com ela, pois estava seu constante controle. Os proprietários trouxeram o trabalhador para dentro das cercas de suas terras. (SÁ, 1999, p.108).

Ora, em uma sociedade que a economia estava baseada nos grandes latifúndios e trabalho escravo, restava a esses trabalhadores livre pobres que por não obterem acesso a terra, viverem miseravelmente. Quando conseguiam trabalho estava abaixo de suas necessidades e restava se incorporar as grandes propriedades, na condição de morador – agregado, sendo sujeito a ser expulso a qualquer momento, perdendo sua moradia e as roças.

Com o fim da escravidão muitos negros tornaram-se morador/agregados. A abolição, como já foi dito, não trouxe melhores condições de vida para o negro. É a parti daí que surgem novas formas de sujeições para os negros, como é o caso do “caba do eito” ou morador de condição. Assim, os senhores de engenho permitiam que os agricultores sem terra para produzir, vivessem no interior de seus territórios. O historiador Pedro Nicácio Souto (2015) analisando o pós-abolição no município de Areia através dos censos, dos processos criminais e dos jornais que circularam em

Areia, busca mostrar como era a vida dos trabalhadores após a abolição, inclusive os negros libertos nos finais do século XIX e início do XX. Sobre essa questão esse historiador aponta:

Assim, vale ressaltar que o “cabra de eito”, como ficou conhecido o trabalhador de engenho no pós-abolição, continuou a sofrer enormes castigos corporais como disciplina, o que denota que este trabalhador, mesmo agora liberto, sofria duras penas no seu labor cotidiano (SOUTO, 2015, p.18).

Ao apontar a condição de morador como prática comum no município de Areia nesse período, nos deparamos com essa prática no Engenho Bom Fim. O engenho foi adquirido por Honorato Barbosa em 1913, no entanto, não se sabe em que ano o Senhor João Faustino, primeiro morador, chegara nessa propriedade. O seu primeiro filho nascerá já no Engenho Bom Fim, isso por volta de 1920, e sendo assim a família dos Faustino já está estabelecida nessas terras há mais de 95 anos. Dessa forma vinte e poucos anos após a abolição, esse senhor viria a morar nessa região na condição de morador. Não se sabe de onde ele veio, pois, a memória dos Faustino foi constituída a partir da vida neste lugar e nos resta a dúvida de quem seria João Faustino dos Santos? Um ex-escravizado ou descendente de escravizados do município de Areia ou de outra região a procura de melhores condições de vida? Segundo o economista e antropólogo Afrânio Raul Garcia Jr <sup>5</sup>:

Ao pedir *morada*, quem o fazia já demonstrava não ter outra escolha melhor, que não tinha para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao *senhor* que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si. Caíam assim sob a estrita dependência do *senhor*, à diferença dos pequenos proprietários que, mesmo mostrando que não tinham meios suficientes para viverem sem trabalhar para outrem, podiam discutir sobre a remuneração do trabalho e dispunham de habitação própria. Depois da abolição da escravatura a parte essencial do trabalho nos engenhos era efetuada por moradores. (GARCIA, 1998, p 8).

Mas algo nos chamou a atenção, mais ou menos na época em que chegara o primeiro morador (1913-1920) que trabalhava nos moldes do morador/agregado, chegara também uma mulher conhecida como Dona Mariquinha. Sua neta e moradora

---

<sup>5</sup> Nesse artigo esse autor traz como exemplo o município de Areia, fazendo uma análise das relações entre senhores de engenho e moradores. Para mais detalhes ver: GARCIA JR., A. R. Libertos e Sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 7, p. 5-41, 1988.

do Bonfim, Dona Pirriu, nos conta que não tem registros fotográficos de Dona Mariquinha e nem seus documentos. Mas através de suas memórias, nos conta a história dessa senhora que seria uma das primeiras moradoras do Bonfim. Dona Mariquinha, sempre lembrada nas recordações de Dona Pirriu, que a todo o momento faz menção a sua avó, vivia do trabalho laborioso do campo para sustentar seus filhos. Nascida em 1886, originária da Barra do Camará, também chamado de Barra dos Negros, veio para a região do Bonfim com seus filhos, sendo provável que em meados da década de 1920.<sup>6</sup> Abandonada por seu marido veio para a região acompanhada pelos seus oito filhos, criando-os na região. Trabalhou nas terras do Bonfim, até a velhice e juntamente com seu filho mais velho sustentou toda a sua família.

Em meados de 1950, chegou à comunidade outro grupo familiar, os “de Maria”. Três irmãos (Miguel Pedro, Luis Pedro e José Pedro) que passariam a viver também na condição de morador-agregado. Sua avó materna, Maria Madalena, teria vindo muitos anos atrás da região do Cariri paraibano, para a Barra do Camará (Barra dos Negros) em busca de melhores condições de vida, mas que vivia ora na Barra do Camará ora no Curimataú, o que nos levar a crer que essas mudanças resultam na busca de contornar as dificuldades vividas pela família, o que reforça a tese que a inclusão dos negros no pós-abolição foi bastante difícil, sem terra e sem ter trabalho para sustento das famílias. Sua filha Josefa Maria da Conceição e mãe dos meninos, foi criada pela sua bisavó do lado paterno e seu tio João Chato, saindo da guarda do seu tio apenas quando se casa aos dezesseis anos com Manuel Pedro de Maria que tinha trinta e três anos, em Pocinhos em 1936 (FORTES, 2007, p. 49).

O filho mais velho, Miguel Pedro, nasceu em 1939 ainda no Cariri, mas a família se mudou para a Barra do Camará quando ainda era pequeno. A vinda dessa família para o município de Areia se deu, segundo José Pedro de Maria, na busca de melhores condições de vida, tendo em vista a falta de inverno no Cariri paraibano. Como a propriedade que moravam na Barra do Camará era pequena, não dando para tirar o sustento da família, ainda adolescentes os três irmãos vieram trabalhar no Bonfim. Quando Miguel Pedro se casa com Severina Gomes de Sousa (Dona Biu)

---

<sup>6</sup> Informações retiradas do Relatório Antropológico da Comunidade, já citado, p.46.

também da Barra do Camará, recebe uma moradia para viver na região do Bonfim. O pai de Dona Biu, José Gomes de Sousa, por sua vez também trabalhava no Bonfim, era casado com Francisca Maria da Conceição (filha de Maria Madalena da Conceição e tia materna dos Pedro de Maria). Seus irmãos, tios de Dona Biu, trabalhavam também no Bonfim e um deles havia negociado com Honorato um pedaço de terra<sup>7</sup> em troca de feijão e farinha. Segundo Ester Fortes, a Barra do Camará (Barra dos Negros):

Se vincula de duas maneiras ao Bonfim e a comunidade negra que hoje nele vive: de um lado sabemos que parte desta área foi incorporada ao Bom Fim e de outro sabemos que muitos dos seus moradores compuseram a mão-de-obra que tocou o engenho durante muitas décadas e compõem hoje a Comunidade Negra Senhor do Bonfim (FORTES, 2007, p. 51).

A antropóloga segue nos dizendo que segundo um vizinho de longa data do Bonfim essa Barra dos negros, correspondia à parte mais alta da Barra do Camará, o “Pisamilho” e onde tinha casas de barro e onde moravam os negros.

O ano de 1950, em que chega os “Pedro de Maria” ao Bonfim, Areia contava com uma população de 46.300 almas (15.495 pertenciam ao distrito de Remígio), composto por 22.577 homens e 23.723 mulheres. Desse total 30.210 eram brancos, pretos 9.374, pardos 6.659 e 57 não declararam a cor. Ainda encontramos uma Areia rural, no censo de 1950, vivendo principalmente da agricultura. Com uma população de quase 90% na zona rural, temos uma grande porcentagem de pessoas que trabalhavam no campo. Da população ativa, totalizando 31.787 pessoas, 12.545 se dedicava a agricultura, pecuária e silvicultura. Entre as espécies de maior apresentação temos a cana-de-açúcar, agave ou sisal, mandioca, maga, feijão, laranja, abacate, algodão e etc., e os de espécies com menor apresentação: a banana, batata-doce, milho, fumo, batatinha, fava e etc. Nos relatos dos moradores estão as lembranças dessa época em que trabalhavam compulsoriamente, tanto nas plantações de cana - de - açúcar, quanto no engenho e “puxando agave”. Na década de 1960, Areia contava com uma população de 31.710, sendo 15.207 do sexo masculino e 16.503 do sexo feminino.

---

<sup>7</sup> Essa terra conhecida como “Serra verde”, corresponde a uma porção do Bom Fim chamada de “Pisamilho”.

Dos anos 1920 a 1960, a cultura do agave se fez presente no município de Areia, segundo Sá (1980, p. 69 apud Dantas, 2013, p.42). Prática essa lembrada pelos moradores do Bonfim e que corresponde á época em que o município de Areia chegou a exportar fibra para o exterior. Sobre essa questão Fortes nos coloca: “Esta cultura reergueu a economia da região, ainda que seu ciclo tenha se esgotado em poucas décadas” (FORTES, 2007, p.23). Os tempos áureos no município de Areia, não significavam melhores condições de trabalho para esses moradores, mas muitas vezes redobravam seus serviços, sem que isso refletisse em aumento nos seus ganhos.

Como vimos, entre as décadas de 1920 e 1930 foram instaladas no Brejo duas usinas para produção de açúcar e que muitos donos de engenhos passaram a ser seus fornecedores, o que culminou com a retirada de alguns moradores que viram suas roças de subsistências sendo incorporadas pelas grandes plantações e seu trabalho aumentou para seis dias da semana, passando para a “condição de assalariados”. Durante esse período os moradores continuaram na região do Bonfim, mas trabalhando de dia a noite e recebiam um salário irrisório. Suas esposas, filhas e filhos pequenos que ficavam responsáveis pelo roçado para ajudar na alimentação, já que com esse salário não dava para alimentar seus filhos.

As famílias que moravam nessa região viviam, portanto, principalmente da agricultura de subsistência, mas viviam a mercê do dono da propriedade. Dona Pirriu nos conta que quando seu pai estava com uma plantação bonita, farta e ia aumentando seu roçado, o dono da propriedade os mudava de lugar, por isso nas suas recordações lembra-se de ter vivido em vários locais dentro da propriedade. Supomos que essa questão além de envolver o não enraizamento no lugar, também resultaria do contexto em que Areia estaria vivendo com a expansão dos canaviais, resultando na constante mudança de lugares que estes vivenciaram.

### **Algumas Considerações.**

Deste feito, podemos atestar que as condições em que essas famílias viviam no Bonfim eram precárias, mas “na dependência da disponibilidade de terras para arrendamento ou meação, a situação ainda que os obrigasse a sujeição (...) garantia a

estes o lugar de moradia e a possibilidade de tocar uma roça para o sustento da família” (Fortes, 2007, p. 47). No auge de produção do engenho, como relatado por muitos moradores, se plantava cana-de-açúcar para a fabricação de rapadura e a cultivoação de agave, mas na memória dos moradores foi um período marcado por muito sofrimento.

Entretanto, foi nesse lugar que se formou uma comunidade negra, em que os “Faustino” e os “Pedro de Maria” foram tecendo seus laços de solidariedade e sociabilidade ao longo dos anos, reafirmados pelos casamentos entre eles e que partilham uma história marcada pelas relações na terra e no trabalho no engenho. Assim, quando em 2002 esses moradores são expulsos dessas terras, buscam ajuda para ter o reconhecimento enquanto Comunidade quilombola, e para ter direito a continuar nas terras. O que reafirmou ainda mais os laços que os uniam, através, principalmente, da luta pelo território.

### **Referências**

ALMEIDA, Horácio. Brejo de Areia: Memórias de um Município. 2. Ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1980 [1958].

BRASIL. Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Negra Senhor do Bonfim. Maria Esther Fortes. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Superintendência Regional N° 18-Paraíba. João Pessoa, 2007.

DANTAS, Pollyana Cardoso. A arte de fiar memórias e tecer narrativas: o viver urbano do operariado areense (1940 - 1980). 2013.151p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande.

FORTES, Maria Esther Pereira; LUCCHESI, Fernanda. Comunidades quilombolas na Paraíba. \_\_\_\_\_; BANAL, Alberto (Orgs.). Quilombos da Paraíba: A realidade de hoje e os desafios para o futuro. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013, p. 44-63.

GALLIZA, Diana Soares de. O declínio da escravidão na Paraíba 1850 – 1888. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1979.

GARCIA JR, A.R. Liberto e Sujeitos: Sobre a Transição para Trabalhadores livres no Nordeste. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.7, p. 5-41, 1998.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. Joaquim da Silva: Um empresário ilustrado do império. Bauru, SP: Edusc, 2007.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo de 1872. Arquivo Digital da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ADBIHGB). Disponível em:

<[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v5\\_pb.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pb.pdf)>. Acesso em 05 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Censo de 1890. 1905. Arquivo Digital da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ADBIHGB). Disponível em:  
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=51>>. Acesso em 05 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Censo de 1900. 1907. Arquivo Digital da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ADBIHGB). Disponível em:  
<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222260>> Acesso em 14 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Censo de 1920. Arquivo Digital do Ministério da Agricultura (ADMA). Disponível em:  
<<https://archive.org/search.php?query=creator%3A%22BRASIL%2C+Ministerio+da+Agricultura%2C+Industria+e+Commercio.+Directoria+Geral+de+Estatistica>>. Acesso em 20 out.2016

\_\_\_\_\_. Censo 1940. Arquivo Digital da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ADBIHGB). Disponível em:  
<[Http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII\\_Brasil.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf)>. Acesso em: 14 set.2016.

\_\_\_\_\_.Censo de 1950. Arquivo Digital da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ADBIHGB). Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=767>>. Acesso em 16 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Censo de 1960. Rio Grande do Norte – Paraíba. VII Recenseamento Geral do Brasil. Rede Memória, rede da memória virtual brasileira: Biblioteca do Ministério da fazenda - Rio de Janeiro. Série Regional. Vol. I, Tomo V. Disponível em:  
<<https://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/123456789/301419>>. Acesso em 16 set. 2016.

MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes; O trabalho na Paraíba: Das origens á transição para o trabalho livre. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

MELLO, Jose O. de Arruda. História da Paraíba: Lutas e Resistências. João Pessoa: A Uniao, 1994.

NUNES, Mariângela D.V. Entre a Capa Verde e a Redenção: A Cultura do Trabalho com o Agave nos Cariris Velhos (Paraíba, 1937-1966). 2006. 291p. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília.

ROCHA, Solange P. Gente Negra na Paraíba Oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual. 2007. 424 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós – Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

SILVA, Eleonora Felix da. *Escravidão e Resistência Escrava na “Cidade D’Area” Oitocentista*. Campina Grande. UFCG, 2010, 188 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande – PB.

SOUTO, Pedro Nicácio. *Areia: Uma “aldeia” negra paraibana de fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX*. Campina Grande, 2015. 170 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.